



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

ANDRÉIA DE ARAÚJO SANTOS

**LITERATURA INFANTIL: CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO
DE ACERVO.**

Salvador
2008

ANDRÉIA DE ARAÚJO SANTOS

**LITERATURA INFANTIL: CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO
DE ACERVO.**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para conclusão de curso de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Lícia Maria Freire Beltrão

Salvador
2008

ANDRÉIA DE ARAÚJO SANTOS

**LITERATURA INFANTIL: CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO
DE ACERVO.**

BANCA EXAMINADORA

Professora Mrs. Janine Fontes de Souza (UNEB)

Professora Dra. Emília Helena Portella de Sousa (FACED-UFBA)

Professora Dra. Lícia Maria Freire Beltrão (Orientadora)

A meus pais, Nanci e Edmeraldo, à minha irmã, Ana Cláudia, a minha avó, Maria Cesária e a todos que me apoiaram e incentivaram a alcançar mais essa vitória na minha vida.

A Deus, por sempre orientar as minhas escolhas.
A meus pais, e à minha irmã pelo incentivo.
Aos amigos, colegas e conhecidos, que conquistei durante a graduação, e mesmo sem saber, possibilitaram essa minha realização.
Às colegas de turma, Adamélia e Élide, pelo apoio diante das dúvidas, inquietações e conquistas.
Às professoras e diretoras da Escola Municipal Bebert de Castro, Escola Municipal Abrigo Ajuda Social a Criança e Escola Municipal Tomaz Gonzaga, que participaram deste trabalho respondendo aos questionários.
À Professora Lícia Maria Freire Beltrão pela orientação e carinho.

Agradeço

“Ao entrar na literatura, as crianças como que se sentam na praça pública da humanidade e ouvem tudo o que os homens e as mulheres disseram sobre si mesmos e os outros.”

Tereza Colomer

RESUMO

Buscou-se identificar, com o estudo, quais aspectos em livros de literatura infantil motivam a escolha de professoras de séries iniciais do Ensino Fundamental, de escolas de Salvador, quando oferecem livros aos seus alunos. Para tanto, fez-se revisão bibliográfica dos conceitos de infância, literatura infantil e critérios para seleção de literatura infantil, que orientaram a análise documental de catálogos de editoras a fim de observar as informações que estas julgam relevantes oferecer ao leitor para que um título seja adquirido e aplicaram-se questionários à professoras, envolvidas com projetos de leitura, buscando identificar os seus critérios para seleção de livros de literatura infantil.

Os resultados mostraram que os critérios para seleção de literatura infantil utilizados pelas professoras são orientados pela faixa etária dos alunos, baseando-se na linguagem utilizada no livro, na variedade de gêneros literários, e na opinião das professoras sobre o conteúdo do livro e sua utilidade.

Palavras-chave: Literatura infantil, acervo, critérios de seleção de títulos.

ABSTRACT

The aim was to identify with the study, which aspects of literature books on child motivate the choice of teachers of initial series of elementary school, schools in Salvador, when they offer books to their students. To that end, it was made bibliographic review of the concepts of childhood, child literature and criteria for selection of children's literature, which guided the documentary analysis of catalogues of publishers to comply with the relevant information they think offer the reader to a title that is acquired and applied to questionnaires to teachers, involved with projects of reading, seeking identify their criteria for selection of books of children's literature.

The results showed that the criteria for selection of children's literature used by teachers are guided by the age of the students, relying on the language used in the book, the variety of literary genres, and in the opinion of teachers on the content of the book and its usefulness.

Keywords: Literature child, collection, criteria for selection of titles.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO I	
O QUE É SER CRIANÇA	15
3. CAPÍTULO II	
LITERATURA INFANTIL: PERCURSO HISTÓRICO	21
3.1 LITERATURA INFANTIL MUNDIAL	21
3.2 LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: GÊNESE E CONSAGRAÇÃO.....	22
3.3 LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: SÉCULO XXI.....	26
4. CAPÍTULO III	
CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE TEXTOS DE LITERATURA INFANTIL PARA COMPOSIÇÃO ACERVO.....	28
4.1 ENTIDADES AVALIADORAS E A SELEÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL	32
4.2 CATÁLOGOS DE EDITORAS: ANÁLISE DOCUMENTAL.....	34
5. CAPÍTULO IV	
ANÁLISE DE INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A PROFESSORAS DE SÉRIES INICIAIS DE ESCOLA MUNICIPAIS.....	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS	49

INTRODUÇÃO

As ações para o desenvolvimento da leitura têm, no ano 2003, sua grande referência, visto que, nesse ano, se dá a promulgação da Lei n.º 10.753, de 30.10.2003, Lei do Livro. Essa Lei institui a Política Nacional do Livro que, entre outros objetivos, pretende

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura; (BRASIL, 2003)

A partir desse período, acontecem diversas atividades que buscam o desenvolvimento da leitura no país, implicando na elaboração do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, em 2006, cuja atuação está dividida em quatro eixos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização da leitura e comunicação; apoio à economia do livro.

Em resposta a esse documento, é aprovada em 2006, a Lei 7.097/2006, que estabelece 2007 como o Ano Municipal da Leitura em Salvador, oferecendo à população, alunos e professores atividades de leitura em forma de contação de histórias, feiras de livros, palestras, entre outras, como estratégias de instituir a Lei.

Entre as iniciativas de incentivo à leitura da literatura em Salvador, para crianças e jovens de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, realizados em 2006 e 2007, período a que se refere esse trabalho, destacam-se os projetos “Viagem à literatura infanto-juvenil” e “Projeto Iguatemi Transforma com Arte”. Esses projetos foram realizados pela Asa da Palavra Ltda. e Instituto Íris.

A história do Instituto IRIS inicia-se em 1999, quando é fundado o Instituto Newton Rique que se constituía o segmento social do Shopping Iguatemi. Porém, em 2005, o Instituto Newton Rique assume o nome IRIS na tentativa de associar maior número de colaboradores e patrocinadores, que demonstravam resistência em ter a marca comercial Iguatemi vinculada às ações que financiavam através do

Instituto. Estas englobam promoção gratuita da educação, da cidadania, produção e divulgação de informações destinadas à prática de responsabilidade social, especialmente na área de arte-educação¹.

A Asa da Palavra Ltda. é uma empresa privada que atua com projetos sociais e tem por objetivo incentivar a leitura e a escrita através de diversas ações, priorizando o texto literário como referencial artístico que auxilia na formação do leitor. As ações envolvem capacitação de professores, cursos, palestras e realização de oficinas literárias. Sua atuação nos projetos, anteriormente descritos, consistia no planejamento de atividades de leitura, acompanhamento de 1500 crianças da rede municipal de ensino com a realização de uma oficina literária por semana nas salas de aula ou durante o recreio, capacitação continuada dos professores atendidos pelos projetos de leitura e acompanhamento de resultados².

À ocasião, vinculava-me às referidas instituições como estagiária de Pedagogia, atuando como mediadora de leitura, tendo como função, após capacitação, criação, aplicação e avaliação de oficinas literárias.

O projeto “Viagem à literatura infanto-juvenil” iniciou-se em 2000 e tinha, por objetivo, incentivar a leitura de literatura em sala de aula de escolas públicas, em centros comunitários e organizações sociais. Em vista disso, o projeto acontecia em horário de aula, durante uma hora, com a participação do professor, e consistia na realização de oficinas literárias desenvolvidas por mediadores.

Em 2006, o projeto foi implementado na Escola Municipal Bebert de Castro, em Pernambués, no Instituto Municipal de Educação Professor José Arapiraca (IMEJA), em Boca do Rio e Fundação Cidade Mãe, unidades de Coutos e Bairro da Paz, atendendo cerca de 1100 crianças.

O projeto “Iguatemi Transforma com Arte”, lançado em março de 2007, tinha por objetivo o atendimento a 400 crianças e adolescentes estudantes de escolas públicas no horário do recreio, através de oficinas de artes visuais (pintura, cinema) e literatura. Esse projeto foi implementado na Escola Municipal Abrigo Ajuda Social a Criança, localizada no Itaipara, e Escola Municipal Tomaz Gonzaga, localizada no bairro do Pernambués.

¹ Disponível em <http://www.institutoiris.org.br/conheca.asp>. Acesso em: 02/05/2008 às 17:05 h.

² Disponível em <http://www.asadapalavra.com.br/realizacoes.asp>. Acesso em: 02/05/2008 às 17:51h.

Os projetos citados foram desenvolvidos pelo Instituto de Responsabilidade e Investimento Social (IRIS) e a empresa Asa da palavra Ltda., a partir de patrocínio de algumas empresas.

A implementação desses projetos implicava em atividades gerais, como por exemplo, a comunicação e negociação entre os coordenadores dos projetos e a Secretaria Municipal de Educação, diretores e professores das escolas envolvidas, ligados a ações específicas como capacitação de professores e mediadores e seleção de títulos a serem utilizados nos projetos. Essa última ação, tinha como alguns de seus critérios, a faixa etária das crianças e a possibilidade de oferecer maior variedade possível de textos, a exemplo de poesias, fábulas, lendas, contos de fadas, considerando ainda uma outra categoria de literatura que se anuncia importante: a literatura afro-brasileira.

Durante a vivência conseguida como estagiária, foi possível constatar que as escolas envolvidas no projeto, mesmo aquelas que não têm bibliotecas instaladas, ofereciam alguns livros aos alunos durante as aulas. Aquelas cuja biblioteca se fazia presente, além de maior número de livros, oferecia o acesso a eles em momentos diferentes do horário das aulas.

Ao oferecer esses livros aos seus alunos, sempre considerei que os professores deveriam se utilizar de algum critério para selecioná-los: faixa etária, tema, sua disponibilidade de acesso ou ainda, em última hipótese, a possibilidade de utilizá-lo como matéria de suas aulas. Essa consideração, no entanto, sempre se apresentou duvidosa, já que, ao participar das atividades de leitura como estagiária dos projetos, sempre levamos as leituras definidas, sem participação dos professores, sem participação dos estudantes, maiores interessados.

É dessa constatação que emerge a motivação de retorno às escolas onde os projetos aconteciam. Dessa vez, para investigar quais são os critérios utilizados por professores de Ensino Fundamental de séries iniciais na escolha de livros de literatura infantil. Essa temática constitui-se relevante dada constatação do papel da escola como instituição fundamental na formação do leitor, no despertar do envolvimento com a leitura. Portanto, é indispensável que o acesso aos livros seja oferecido de maneira consciente e crítica, atenta às necessidades da criança.

Para constituição do estudo, optei por organizá-lo em duas partes. A primeira que se caracteriza como pesquisa bibliográfica através da qual reviso o conceito de infância, literatura infantil, e critérios para seleção de texto de literatura infantil.

Esses se apresentam, neste trabalho, intrinsecamente ligados dada à relação de dependência entre estes conceitos cuja emergência se define na constatação da infância como uma etapa da vida que difere da fase adulta e possui especificidades, sendo necessário uma literatura que atenda a essa demanda: literatura infantil.

A segunda parte se caracteriza como estudo de natureza mais prática. Nesse sentido, foram realizados dois procedimentos: o primeiro que diz respeito à análise documental de catálogos de quatro editoras: três nacionais, Brinque Book, Projeto e Dimensão; e uma internacional, Paulus e, objetivando investigar que informações essas editoras julgam relevantes constar em seus catálogos de divulgação e associação dessas com os critérios de seleção estipulados pelas instituições avaliadoras de literatura infantil. O segundo diz respeito à volta às escolas onde os projetos do Instituto Íris e Asa da Palavra foram implementados com a intenção de ouvir os professores. Com esse fim, foram aplicados questionários a professores das escolas em que houve ou há projeto de leitura - observada a continuidade do “Projeto Iguatemi Transforma com arte”, em 2008, na Escola Municipal Abrigo Ajuda Social a Criança - objetivando investigar os critérios de seleção de livros de literatura infantil utilizados por eles e de que maneira procede esta análise. As respostas dadas aos questionários foram estudadas, considerando-se a relevância da qualidade estética do livro para professoras, os aspectos do texto escrito por elas observados, além da funcionalidade da literatura infantil para essas professoras no desenvolvimento das crianças.

Visando à organização do trabalho monográfico, considerando os textos produzidos e sua intenção, foram constituídos quatro capítulos dos quais os três primeiros, correspondem à revisão bibliográfica, já mencionada, e o quarto capítulo que resulta da análise de questionários, parte prática.

O primeiro capítulo, “O que é ser criança”, apresenta as diversas concepções de infância ao longo da história, pois é condição de possibilidade para surgimento de uma literatura específica para a criança: a percepção da criança como ser diferente do adulto e resultado de uma construção social.

O segundo capítulo, “Literatura infantil: percurso histórico”, apresenta o surgimento da literatura infantil mundial no século XVII, citando alguns dos diversos livros infantis escritos até o século XXI. Além disso, apresenta a gênese e formação da literatura infantil brasileira a partir de Monteiro Lobato, enfatizando seu caráter pedagógico.

O terceiro capítulo, “Critérios para seleção de textos de literatura infantil para composição acervo”, apresenta o estudo dos diversos critérios utilizados para escolha de texto literário infantil. Discute-se a necessidade de seleção tendo em vista o grande número de obras disponíveis no mercado a partir do *boom* editorial de 1970, considerando desde formato e qualidade do papel aos aspectos das ilustrações e tema do livro infantil que atendam ao interesse dos alunos. Esses critérios são discutidos baseados nos editais de convocação de premiação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Literatura (FNLIJ) e composição de acervo de literatura infantil do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Além disso, conhecer as sugestões das editoras através de análise dos seus catálogos de divulgação na tentativa de identificar quais são as informações relevantes ao público para aquisição de um livro de literatura infantil.

O quarto capítulo, “Análise de investigação através questionários aplicados a professoras de séries iniciais de escola municipais”, é o resultado da avaliação de treze questionários válidos aplicados com professoras da Escola Municipal Bebert de Castro, Escola Municipal Abrigo Ajuda Social a Criança e Escola Municipal Tomaz Gonzaga, buscando identificar os seus critérios para composição de acervo de literatura infantil.

2. CAPÍTULO I

O QUE É SER CRIANÇA

A noção de infância, aqui abordada, a compreende como construção social e implica em situá-la em diversos momentos históricos por considerá-la variante de acordo com os princípios e valores de uma determinada sociedade.

É possível, por exemplo, reconhecer o processo pelo qual se inventou a infância como categoria social, usando de suas diferenças biofisiopsicológicas para atribuir ao ente assim construído, modos de ser mais compatíveis com aquilo que a sociedade estava preparada para oferecer-lhe e, ao mesmo tempo, esperava dele. (LAJOLO, 1997, p.25-26).

Deste modo, consideramos necessário esclarecer a delimitação deste estudo da infância e noção de criança, que se restringirá à idade média, idade moderna e contemporânea, e tratará, de certo modo, de uma criança genérica, não relacionada com valores culturais específicos por região ou país, mas a influência de movimentos culturais sobre a noção de infância.

Durante a Idade Média, segundo estudos de Philippe Ariès apud Heywood (2004, p. 25), período marcado por altas taxas de mortalidade infantil ocasionados por doenças decorrentes de falta de saneamento, não havia sentimento de infância, como etapa da vida que difere do adulto. Desse modo, o primeiro sentimento em relação à infância era de conter as altas taxas de mortalidade. Superada a doença, mantinha-se de forma efêmera, o vínculo de linhagem entre mães e filhos, cabendo a família definir identidades.

No momento em que tivessem condições de sobreviver sem o cuidado e as atenções de suas mães ou amas, em algum momento entre as idades de 5 e 7 anos, as crianças eram lançadas na 'grande comunidade dos homens' elas se juntavam aos adultos em seus jogos e passatempos e, fossem cortesãos ou trabalhadores, adquiriam um ofício ao se lançar em suas rotinas cotidianas, vivendo e trabalhando com quem já houvesse completado sua formação.

Essa formação se dava durante as reuniões de trabalho e lazer, em que as crianças acompanhavam os adultos.

A partir do século XV, alguns movimentos culturais trazem grande repercussão para a vida em sociedade como, por exemplo, o Renascimento, o Iluminismo e o Romantismo.

O Renascimento, característico pelo interesse ao retorno à cultura greco-romana, é marcado pelo humanismo, valorização do ser humano. Sobre isso Boto (2002, p. 22) afirma:

O Renascimento - que, enquanto movimento cultural, proporciona significativa abertura da mente humana - será acompanhado por práticas de controles minuciosos e ordenados sobre o corpo: controles que visam a obtenção de autocontroles; censuras internalizadas e automação de gestos para o convívio público, de tal maneira que se passa a ensaiar um roteiro supostamente universal como se comportar .

Na medida em que adulto assume uma postura de vergonha e pudor para o convívio público, por extensão, mantém esse sentimento em relação à criança. Isto acarreta o distanciamento entre criança e adulto e determina a necessidade de um espaço apropriado para infância, a escola, que com o advento da imprensa torna-se fundamental. Boto (2002, p.13), interpretando as idéias de Postman, sintetiza essa relação escola e surgimento da imprensa:

Postman, acerca do tema, destaca o universo da tipografia, de algum modo, como desbravador da moderna acepção de infância. A tipografia, cuja difusão será concomitante ao surgimento do pudor para com as crianças, também favorece o desenvolvimento dos colégios. Era necessário não apenas ensinar a ler; mas, sobretudo, dirigir a leitura para conhecimentos recomendáveis. Só educadores especializados poderiam fazer isso. Daí a procura pelos colégios.

Além de atribuir à infância a condição de aprendiz, de aluno, a fundação da escola viria a influenciar a constatação da necessidade de estudos específicos sobre a criança e sua aprendizagem, no século XIX, assim como a formação do professor não mais como discussão filosófica e sim como ciência.

[...] começa a se pensar na particularidade da infância com interesse psicológico e preocupação moral. Em decorrência disso, começa a se esboçar uma ciência que se ocupa da criança, inicialmente, atendo-se à observação das aquisições infantis e suas formas de desenvolvimento, sendo sucedida pela teorização e elaboração de regras. (MAGNANI, 2001, p.71)

O Iluminismo foi o movimento cultural que defendeu liberdade econômica e política da burguesia, e é assim denominado, por tratar-se, segundo seus pensadores, da difusão do conhecimento e da luz. Entre os ideais iluministas destacam-se valorização da razão, valorização do questionamento, da investigação e da experiência, e crença nas leis naturais.

Esses ideais são difundidos no pensamento de John Locke, René Descartes e Jean-Jacques Rousseau, entre outros, e trazem grande repercussão para vida em sociedade, afetando, assim, as concepções de infância.

Para John Locke, defensor do empirismo, todo conhecimento é proveniente de experiência concreta

[...] o indivíduo quando nasce é como um balde vazio onde a experiência do mundo vai depositando sua substância. A criança, então, é um ser incompleto, um vazio inicial, já que sua mente é como uma página branca que deve se preencher ao sabor dos fatos exteriores. (DAMAZIO, 1994, p.12)

René Descartes, defensor do racionalismo, atribui a compreensão do mundo e aquisição do conhecimento como somente possível através da razão

A criança, nessa ótica, é um adulto pré-formado, que traz em si as probabilidades de seu crescimento intelectual. Ao invés de um resultado do meio, a criança será resultado de sua própria razão, que já nasce com ela e que precisa ser desenvolvida. (DAMAZIO, 1994, p.13)

Sobre isso Gagnebin (1997, p.91) afirma:

Confiança na pureza e no poder da razão (rastros da inteligência divina em nossa alma) e desconfiança em relação à natureza humana, marcada pelo pecado ou pelo erro, esses dois fatores levam a uma representação paradoxal da infância como sendo, simultaneamente, o outro ameaçador da razão, mas também o terreno exclusivo de sua eclosão.

Desse modo, uma criança, segundo Locke e Descartes, no século XVII, terá seu desenvolvimento construído em função do meio cujo comportamento se dá em resposta a um estímulo, e a ação de um adulto transformará esse ser em potencial, em algo que ele ainda não é, adulto, e não tem linguagem respectivamente. Ambos

demonstram, desse modo, a criança como ser passivo a uma ação exterior a ela e a mercê do adulto.

Em Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, há a valorização da natureza em detrimento da cultura, entendendo infância como estado físico e uma das sucessivas etapas da vida humana. Para isso escreve, o *Emílio*, um relato de educação cuja necessidade e implicações são apresentadas por Boto (2002, p.44):

A partir de sua inicial pressuposição, segundo a qual a sociedade de seu tempo possuía falsas idéias sobre a infância, desconhecendo-a, Rousseau propõe-se no *Emílio* a descoberta da condição essencial da criança - como ser, em si, como conceito e categoria analítica. A criança no caso, um aluno imaginado, que se chama Emílio e a quem o preceptor narrado no tratado com o mesmo nome irá conferir educação desde o berço até a maioridade. A educação do menino é assim observada e dirigida com o fito de, descobrindo as características naturais do desenvolvimento humano, o adulto capacitar-se para interagir com as distintas fases de tal evolução: considerando a natureza, mas introduzindo princípios éticos requeridos pela cultura.

Em outras palavras, cabe ao educador facilitar o desenvolvimento harmonioso da criança a partir da evolução infantil associada aos valores sociais, e não em sua função. Defende-se no *Emílio* o princípio de que a criança por essência é inocente, mas o espaço social em que ela vive é corrompido, além de possuir seu próprio ritmo de desenvolvimento:

Imersas por suas primeiras sensações, as crianças teriam uma gramática própria, uma lógica sensitiva, e não similar à racionalidade adulto. [...] Submeter o espírito infantil às regras da vida adulta requereria, como primeira condição, conferir a criança uma progressiva liberdade, de tal maneira que, a pouco e pouco, ela pudesse se libertar do domínio adulto e fazer um maior número de coisas por si própria. Deveria haver uma progressiva e crescente proporção entre desejos e forças, entre liberdade e possibilidades. (BOTO, 2002, p.49)

A relevância deste estudo está no modo de conceber a infância como etapa não mais efêmera e que deve ser apressada, e sim respeitada. Além disso, traz grandes repercussões para os séculos seguintes, influenciando os estudos que orientam a atualidade, por instaurar, conforme afirma Gagnebin (1997, p. 94):

[...] uma pedagogia do respeito à criança, da celebração da naturalidade, de sua autenticidade, de sua inocência em oposição ao

mundo adulto pervertido onde reinam as convenções, isto é, entre outras uma linguagem retórica falsa e uma racionalidade artificial, separada dos sentimentos originários.

Ao final do século XVIII e início do século XIX, a valorização da inocência e sua associação à infância apóiam-se no Romantismo, cujas características que interferem na concepção de infância são a valorização das emoções e individualismo.

Essa visão de inocência interfere na noção de infância, assumida ao final do século XIX e início do século XX, de criança desassociada do trabalho. Mesmo quando as famílias de classe trabalhadora se utilizam do trabalho das crianças para se manter, há o sentimento de erro nesta atitude.

Atestando esse sentimento diante da infância, temos a Declaração dos Direitos da Criança. O documento, de novembro de 1959, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é organizado em dez princípios e que declara, por exemplo:

PRINCÍPIO 9º

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral. (BRASIL, 1991, p.8)

Reconhece-se, com esse documento, que a infância tem condições especiais de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se afirma a existência de atitudes diante da infância que são inadmissíveis. É o retrato do ceticismo comum à idade contemporânea que, com advento das duas guerras mundiais, revela a descrença no sentimento de evolução humana a partir dos conhecimentos adquiridos, comuns ao iluminismo. Assiste-se à intolerância, à agressividade, ao preconceito.

A criança convive, agora, ao mesmo tempo, com as desigualdades sociais e o avanço tecnológico, proporcionado pela gama de informações que chegam até ela, neste ambiente, constrói sua subjetividade. Segundo Pereira (1998, p.38)

Descoberta pelo mercado, a criança vive o paradoxo de ser, ao mesmo tempo, consumidora e objeto de consumo. Sua face passa a ser rótulo até mesmo para produtos que não se destinam a ela. Transformada por nós, sem qualquer indignação ou piedade, em

mercadoria de uma época, a criança contemporânea tem como destino flutuar entre adultos que não sabem o que fazer com ela.

Apresenta-se, na atualidade, uma criança que resulta das implicações sociais e econômicas, dando a impressão de período transitório, com incerteza de valores a defender. Uma criança que se desenvolve em ambientes em que são necessários, para algumas, trabalho durante a infância, abandono familiar, ao mesmo tempo, que para outras, a proteção, a compreensão da infância como fase fundamental da vida. Desse modo, noção de criança inocente, amada, respeitada, sujeito de suas ações e até mesmo temida se imbricam num tempo de não-definições.

CAPÍTULO II

3. LITERATURA INFANTIL: PERCURSO HISTÓRICO

3.1 LITERATURA INFANTIL MUNDIAL

A concepção em torno do que é ser criança repercute na noção de uma literatura produzida para ela. É nesse sentido que se justifica a sucessão dos capítulos formulados.

Sobre a literatura infantil do ponto de vista mundial, como produção para criança, constitui-se gênero no século XVII. Datam, desse período, livros que, apesar de não pretenderem atender ao público infantil, foram apreciados por ele. Segundo Magnani (2001), esses livros foram, posteriormente, assim organizados e agradam ainda hoje. São eles: *Dom Quixote de La Mancha* (1605/1615), de M. de Cervantes; *Robinson Crusoe* (1719), de D. Defoe; e *as Aventuras de Guilliver* (1726), de J. Swift.

Até esse período, era quase inexistente o limite entre infância e vida adulta, sendo comum àquelas crianças que sobreviviam a doenças e fome, ser encaminhadas, ainda pequenas, por volta dos sete anos, ao aprendizado de uma profissão.

São os textos que recorrem à tradição oral que inauguram, ainda neste século, produção literária escrita dirigida à criança. Segundo Magnani (2001),

[...] livros escritos a partir de compilações de narrativas buscadas à tradição oral, como fábulas e contos de La Fontaine (editadas entre 1668 e 1694) e *Os contos da Mamãe Gansa* de Charles Perrault (1697), obra considerada origem do novo gênero. (MAGNANI, 2001, p.72)

O maior destaque, neste período, é dado a Perrault que reúne, em sua obra considerada inaugural na literatura infantil mundial, nove contos populares que circulam na França àquela época e que viriam a ser difundidos durante os séculos como contos de fadas.

A literatura infantil surge, portanto, no século XVIII, da definição das especificidades da infância, ocasionando a separação entre criança e adulto, até então ignorada.

É dessa época, também, a associação entre a literatura infantil e escola, num mecanismo de difusão de valores, buscando a formação de caráter moral e modelos de virtudes para criança, que atendia à burguesia, à classe hegemônica da época.

O entendimento de literatura infantil como difusor de valores burgueses de caráter prático fez com que essa produção demorasse a ganhar aspecto de arte e ficasse associada a escritores fracassados, sendo comum, à época, a recusa em assumir a autoria de tais obras.

A valorização ocorre no século XIX, com nova coletânea:

[...] os irmãos Grimm, na Alemanha, no século XIX, lançam a obra *Contos de fadas para crianças e adultos*, uma coletânea de narrativas pertencentes ao folclore alemão. Ainda no século XIX, na Dinamarca, Hans Christian Andersen, publica contos recolhidos do folclore de seu país como a 'A princesa e o grão de ervilha' e outros de sua criação como 'O Patinho Feio' (VALE, 2001, p.46)

A partir dessas produções, dado ao seu êxito, institui-se com maior segurança, segundo Lajolo (1999), quais textos agradam mais às crianças, surgindo assim *Alice no País das Maravilhas* (1863), de Lewis Carroll; *Pinóquio* (1883) de Collodi; e *Peter Pan* (1911), de James Barrie.

3.2 LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: GÊNESE E CONSAGRAÇÃO

A Literatura infantil mundial teve repercussão no Brasil. Circulava, aqui, grande número de livros em outras línguas, além daqueles oriundos de Portugal, principal via de acesso na época, que buscando atender à valorização da língua e valores cívicos constituíam-se, muitas vezes, incompreensíveis, além de não representar, evidentemente, a identidade cultural brasileira.

Associados a isto, estão o desenvolvimento da imprensa nacional, por volta de 1808, e a necessidade de afirmação social da alta burguesia e aristocracia rural, ao final do século XIX, que identifica, no consumo de bens culturais, a possibilidade de sua diferenciação das outras classes.

Por conseqüência destes fatos, surgem, no Brasil, ao final do século XIX e início do século XX, adaptações brasileiras de contos de fadas, fábulas e contos populares. Destacam-se os clássicos de Andersen, Grimm e Perrault, reunidos em *Contos da Carochinha* (1894), *História da Avozinha* (1896) e *Histórias da Baratinha*

(1896), de Figueredo Pimentel; *Contos seletos das mil e uma noites* (1882), *Robinson Crusóe* (1885), *Viagens de Gulliver* (1888) e *D. Quixote de la Mancha* (1901), assinados por Carlos Jansen.

Esses contos eram traduzidos e adaptados por professores, intelectuais e jornalistas, que os utilizavam para divertir e educar as crianças, oferecendo-lhes modelos de bom e mau comportamento.

No início, importam-se os textos tradicionais e com eles, o mesmo caráter didático redutor decorrente da associação da literatura com os valores de um grupo social hegemônico. Usou-se o texto infantil como difusor de preceitos e de normas comportamentais, doutrinando-se as crianças. (BECKER, 2001, p. 36)

São exemplos dessa prática *Leitura para meninos, contendo uma coleção de histórias morais relativas aos defeitos ordinários às idades tenras e um diálogo sobre geografia, cronologia, história de Portugal e história natural* (1818), de José Saturnino da Costa Pereira. Essa obra inicia a produção editorial brasileira, porém, segundo Lajolo (1999), é insuficiente para caracterizar uma produção brasileira regular para a infância, devido ao seu caráter esporádico, do mesmo modo que *Contos Pátrios*, em 1904 (Olavo Bilac e Coelho Neto), *Através do Brasil*, em 1910 (Olavo Bilac e Manoel Bonfim), *Era uma vez*, em 1917 (Júlia Lopes de Almeida) e *Saudade*, em 1919 (Tales de Andrade).

Esses textos abordam o nacionalismo e a tradição popular através da evocação da natureza e simbolizam a estreita relação mantida entre a escola e a literatura infantil. Isto decorre tanto da boa relação dos escritores da época com as esferas governamentais, implicando na garantia de adoção maciça escolar, quanto na especificidade da escola como difusor de ideologias. Prova disso é a existência de livros que segundo Zilberman e Lajolo (1999, p. 30) tinham

[...] o objetivo de constituírem material adequado para celebrações escolares: *A festa das aves* (1910), de Arnaldo Barreto, Ramon Roca e Teodoro de Moraes, *Livro das aves* (1914), de Presciliana D. de Almeida, *A árvore* (1916), de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira. Entre as antologias folclóricas, destaca-se o trabalho de Alexina de Magalhães Pinto, que publicou, em 1909, *Os nossos brinquedos*, em 1916, *Cantigas das crianças e do povo* e *Danças Populares* e, em 1917, os *Provérbios Populares, máximas e observações usuais*.

Somente, em 1921, Monteiro Lobato, com “A menina do narizinho arrebitado”, inaugura a literatura infantil brasileira.

Atraído simultaneamente pelo problema da língua ‘brasileira’ ligada aos nossos valores a serem descobertos pelas crianças, e principalmente preocupado em oferecer-lhes o *prazer* de encontrar na leitura um mundo especial, onde elas se sentissem alegres e onde gostassem de ‘morar’, Lobato escreveu *A menina do narizinho arrebitado* (1921). (COELHO, 2000, p.149)

Essa obra surge no período de grandes acontecimentos para a história cultural brasileira. É o momento de denúncia da crise do sistema escolar expresso nas altas taxas de analfabetismo e a defesa dos ideais da Escola Nova, proposta de educação baseada no pensamento do norte-americano John Dewey, que defende a igualdade entre os homens e o direito de todos à educação.

Influenciados por estes ideais, propõem-se, por exemplo, a escolarização em massa do povo e a obrigação do estado em assumir a educação primária. Ocorre também a semana de Arte Moderna (1922) que defende a liberdade de criação e ruptura com o passado promovendo para isso exposições e abertura de centros culturais além de publicações especializadas

Durante 25 anos que se seguem, surgem novos autores que compõem a produção nacional diante de um mercado favorável ao crescimento quantitativo de textos para crianças. Segundo Zilberman e Lajolo (1999, p.47),

Essa situação relaciona-se aos fatores sociais: a consolidação da classe média, em decorrência do avanço da industrialização e da modernização econômica e administrativa do país, o aumento da escolaridade dos grupos urbanos e a nova posição da literatura e da arte após a revolução modernista. Há maior número de consumidores, acelerando a oferta, e há a resposta das editoras, motivadas à revelação de novos nomes e títulos para esse público interessado.

Na década de 50, ocorre o advento da televisão, alterando os processos de criação e de comunicação que consagra uma época que privilegia a imagem. Segundo Zilberman e Lajolo apud Becker (2001, p.39),

[...] é o momento em que surgiram a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, o Teatro Brasileiro de comédia e a Bienal de Artes

Plásticas. A cultura de massa dispôs de meios mais modernos, sofisticados e eficazes. A televisão foi adotada como meio de comunicação, os jornais reformularam-se graficamente, e as revistas semanais surgiram ao lado de revistas em quadrinhos para crianças.

A valorização da imagem incentivada com televisão produz alguns efeitos. A literatura perde espaço na vida cotidiana da população, cedendo lugar à música popular brasileira que se faz conhecida através dos grandes festivais de música, de 1965, realizado pela TV Record. Ao mesmo tempo, incentiva a produção de narrativas por imagem nos anos 70.

A partir da década de 70, surgem no Brasil várias publicações de livros sem enunciado verbal. Neles as narrativas são apresentadas unicamente por imagens visuais, e o leitor vai construindo episódios ou pequenos relatos a partir das ilustrações, de acordo com sua fantasia e experiência de vida. (Vale, 2001, p.49)

Essas narrativas destacam-se como parte da grande produção de títulos e autores ocorridos na década de 70, influenciados pelo fim da Ditadura. Coelho (2000, p.130) caracteriza em detalhes, e por isso transcrito na íntegra, o significado dessa produção:

A liberdade criadora que se havia atrofiado no período imediato após Lobato volta a fecundar a criação destinada à criança. Desvinculada de quaisquer compromissos pedagógicos (e mesmo insurgindo contra o 'direcionismo didático' que predominara nos anos anteriores), a nova literatura infantil/juvenil obedece às novas palavras de ordem: *criatividade, consciência da linguagem e consciência crítica*. Palavras que emanam de uma nova concepção de mundo: o homem entendido como 'ser histórico e criador de cultura (sendo a infância seu estágio fundamental); a palavra descoberta como 'poder nomeador' do Real (com a conseqüente exigência de experimentalismo formal); o saber ou o conhecimento entendidos como 'prática da liberdade' (Paulo Freire) e, conseqüentemente, a valorização do espírito questionador, lúdico, irreverente e, sobretudo, bem humorado (que desafia as certezas e os paradigmas de comportamento defendidos pela Tradição).

Mantém-se, nas próximas décadas, essa perspectiva, proporcionando o surgimento de novos escritores e ilustradores que revelam a valorização de personagens que se aproximam de crianças em situações de cotidiano e a

representação de texto na fusão de diversas linguagens. O ilustrador adquire papel fundamental na transmissão da essência da obra através do olhar do leitor.

3.3 LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: SÉCULO XXI

A literatura infantil no século XXI, segundo Coelho (2000, p.153), está em processo de expansão, mas, apesar disso, é possível assinalar algumas de suas características. São elas:

[...] a valorização da literatura como experiência humana, a descoberta do poder da palavra, dialética entre razão e imaginação, conhecimento do eu em interação com o outro e o caos do mundo moderno, entendido como fenômeno de transformação.

Para essa autora a literatura que expressa a valorização da mesma como experiência humana significa a compreensão de que funciona como articuladora entre as idéias expressas no texto e a experiência de vida do leitor, devendo, portanto, oferecer, explícita ou implicitamente, maior significado para sua vida. Entre os títulos que apresentam esta característica podemos destacar, da literatura portuguesa, *A maior flor do mundo*, de José Saramago. Nele o autor apresenta a história de um menino que faz nascer a maior flor do mundo, esclarecendo tratar-se de esboço de história caso tivesse o poder de realizar o impossível: fazer a melhor história de todos os tempos. Assim é revelado ao leitor, numa ação simples e possível, plantar uma flor, o desejo do impossível e como este encontra seu lugar na literatura.

Essa nova literatura constitui-se também um espaço de confronto entre razão e imaginação, numa relação dialética entre realidade e fantasia. Em *Meninos do Mangue*, de Roger Mello, tem-se a noção dessa característica. Nele, o autor apresenta histórias contadas pela Sorte e Preguiça que, enquanto assistem ao movimento das marés, falam sobre brincadeiras de crianças, a aventura de caçar o maior caranguejo do mundo e porque a maré sobe e desce. Misturam-se, assim, fatos cotidianos e naturais que se efetivam a partir do devaneio de sensações que adquirem vida: sorte e preguiça.

É comum a esse texto, também, segundo Coelho (2000), a descoberta do poder da palavra revelando a necessidade de focalizar o 'como falar' no texto, recorrendo para isso à linguagem visual (representação da realidade através da

imagem) e à intertextualidade (absorção de um texto antigo conhecido, por um novo). A exemplo disso, temos *Jardins*, de Roseana Murray. Nele, a poesia delicada e simples da autora é envolvida em vários canteiros de flores através da ilustração feita por Roger Mello. Consegue transmitir, desse modo, a essência dos versos num delicado jardim de imagens que se constitui, mais que cenário, torna-se parte integrante da obra. Em *O patinho realmente feio e outras histórias malucas*, Jon Scieszka cria finais surpreendentes para clássicos conhecidos. O patinho feio cresce e continua feio, apresentando ao leitor um final inesperado, contrário ao 'final feliz'.

A autora menciona ainda o conhecimento do eu em interação com o outro, e, portanto, possibilitando que o leitor perceba-se parte integrante de uma totalidade. Nota-se, claramente, essa característica em *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado. Nesse livro um coelho branco apaixonado por uma menina negra deseja tornar-se e ter filhos negros, iniciando uma seqüência de atitudes aconselhadas pela menina para alcançar tal objetivo. Neste ínterim de insucessos e, a partir da intromissão da mãe da menina, o coelho conclui que é resultado das relações entre seus familiares, englobando desde aparência física a hábitos, tomar café ou comer jabuticaba, por exemplo. É o outro como constituinte relevante.

Por fim Coelho (2000) destaca o reconhecimento do que ela define como 'caos moderno como transformação'. Esse implica na busca das origens para o entendimento do presente, na crítica ao ideal moderno de posse de bens e na crise das relações humanas questionando preconceitos quanto à etnia, sexo e família. Ilustra esta característica *Eles que não se amavam*, de Celso Sisto. Nele, o autor retrata a violência, o preconceito e a intolerância através da história de Bernardo e Alberto, que, a partir da antipatia gratuita mútua, contamina suas famílias, amigos e sociedade, criando um abismo entre eles que culmina numa guerra.

CAPÍTULO III

4. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE TEXTOS DE LITERATURA INFANTIL PARA COMPOSIÇÃO ACERVO

A literatura infantil brasileira, desde sua gênese, em 1920, resulta da produção de um grande número de obras. Devido ao *status* adquirido como bem de consumo, essa produção envolve, além de quantidade, a diversidade de títulos, que busca atender ao mercado, que identifica, no público infantil, garantia de lucratividade. Os estudos de Zilberman e Bordini (1989, p. 15) assim justificam:

O interesse crescente que os pais e professores têm dispensado ao problema das leituras de seus filhos e alunos, traduzido pela preocupação em adquirir e indicar boas obras de literatura, é o principal responsável pelos investimentos das editoras no setor, ainda mais que estas possuem, atualmente, o aval das instituições de ensino, sobretudo superior, que através de pesquisas, congressos, seminários, cursos de extensão, graduação e pós-graduação, encarregam-se de arregimentar um número cada vez maior de profissionais e leigos imbuídos do propósito de divulgar o livro e formar leitores.

A variedade de livros e seus recursos audiovisuais (formatos, material, ilustração) exigem uma maior atenção das pessoas envolvidas com o desenvolvimento da leitura, seja família ou educador. Sendo assim, faz-se necessário que essas pessoas adotem alguns critérios para seleção de livros de literatura, sejam eles oferecidos por catálogos de editora, crítica especializada ou guia de leitura.

Porém, tendo em vista que a escola assume parte fundamental na formação de leitor, pois, de modo geral, é nela que a criança adquire e convive em maior grau com habilitação para leitura, cabe ao professor a tarefa. Para tanto, é imprescindível que ele conceba na literatura infantil sua relevância na formação humana.

Sobre isso Cândido (2003, p.7) afirma:

A literatura infantil estimula vários sentidos: seu estilo singular pode mostrar à criança uma nova gramática da comunicação sem regras muito fixas unindo, dessa forma, o verbal, o imagético e o sensorial. Quando começa a perceber uma relação entre imagem real, imagem representada e texto escrito, a criança começa a estabelecer associações e comparações com textos-vida: inicia-se um processo

de plurissignificação de sentidos. O leitor descobre que é capaz de interpretar textos. Abre-se a diversas modalidades de discurso e percebe os recursos estilísticos utilizados pelo ilustrador e pelo autor. Consegue estabelecer uma relação entre as experiências prévias com o que está aprendendo e sentindo no momento. Torna-se não só um novo leitor, mas também um novo produtor de textos. O acesso a diferentes linguagens pode proporcionar um conhecimento da própria identidade. A consciência de nós mesmos depende não só da percepção das nossas sensações e da observação de nossas experiências pessoais mas, principalmente, da percepção do outro.

Além da identificação da relevância do texto literário pelo professor, a associação entre os seus objetivos e a faixa etária dos alunos é também fundamental. O professor deve ter em conta os interesses dos leitores a que se dirige o texto, observando neste os aspectos lúdicos, questionadores e a possibilidade de sedução para o exercício da reflexão.

Desse modo, três características básicas devem ser observadas na aquisição de um livro: apresentação do livro, texto escrito e interesse dos alunos.

A apresentação do livro diz respeito, segundo Jardim (2001, p.75), às impressões táteis e visuais que a criança mantém com o livro:

[...] a capa, o tamanho, o formato, o peso a espessura e a qualidade do papel, o número de páginas, o equilíbrio entre ilustração e texto, o tamanho e o tipo das letras usados, as técnicas de ilustração e as cores. Tais características podem atrair ou afastar o leitor infantil, mais suscetível a esses aspectos que o adulto.

A qualidade estética do livro literário adquire função essencial no incentivo à leitura. Ela deve considerar a aproximação do leitor que faz a leitura de maneira autônoma, mas principalmente àquele que se utiliza da leitura mediada pelo professor e tem na imagem o texto em si. Dessa forma, é primordial que o ilustrador forneça na imagem diversas possibilidades para este leitor em processo de autonomia, portanto, segundo José (2002, p.45)

Se o desenhista for criativo e não fizer apenas fotografia do texto ou da narrativa que quer contar, com ou sem palavras, dará liberdade para o imaginário voar, criar novas situações, além das que a criança vê ou quando o ouve o adulto ler.

Outro aspecto importante a ser considerado na ilustração de livro de literatura infantil, segundo Yunes (1992, p.46), é a existência daquelas “que tenham personagens expressivas, de características particulares e diferenciadoras,

descartando preconceitos”. Ou seja, devem-se privilegiar os livros cujas ilustrações revelam as diferenças humanas sem recorrer aos estereótipos quanto à cor, sexo e idade, por exemplo. Porém, ciente de que nem sempre os estereótipos podem ser evitados dado ao risco de restringir às crianças o conhecimento de tais obras, deve-se proceder à discussão que evidencie essas características nos livros.

Quanto ao texto escrito, Jardim (2001, p.78) destaca algumas indagações que podem auxiliar a sua análise:

Ele é bem escrito? Conta uma história original? Vai prender a atenção do leitor? Está de acordo com a faixa etária a que se destina? É capaz de despertar o imaginário? De suscitar problemas e encontrar soluções para eles? Que tipo de ideologia perpassa a história contada? Trata-se de um a obra meramente didática ou moralista?

Essas questões, além de abranger a forma da linguagem escrita, tanto convencional quanto às suas variações e possíveis “erros” cometidos propositadamente pelo autor, diz respeito à originalidade do texto.

Sobre a originalidade e forma do texto, Cunha (1992, p.34) comenta:

Não se trata, evidentemente, de depor reizinhos e princesinhas, nem cortar as asas de borboletas e fadas, e muito menos de abolir os diminutos de nosso vocabulário.
 Não faltam exemplos de autores que transformaram personagens e situações batidos em elementos inovadores e questionadores.
 [...] A poesia, o jogo com palavras e sons, a sua conjugação com ilustrações são armas poderosas a comprovar que a literatura é, antes de tudo, a arte da linguagem.

À necessidade de sintonia entre forma e originalidade do texto de literatura infantil associa-se o conteúdo. Este quando com a pretensão de auto definir-se literatura infantil deve despertar o imaginário infantil, portanto, não deve disseminar o conteúdo moralizante ou pedagogizante. Não deve atender ao pretexto de ensinar lições de bom comportamento ou servir como matéria de aula. Sobre isso Jardim (2001, p.78) afirma:

Muitos autores insistem em escrever histórias de sementinhas, nuvenzinhas, gotinhas d’água, crisálidas transformadas em lindas borboletas famílias de micróbios e bactérias, que no fundo, não passam de aulas de ciências ou lições de higiene, disfarçadas em literatura infantil.

Essa prática mostra-se compreensível dada à característica primeira da literatura brasileira, atendendo à demanda da escola, constituindo-se pedagogizante. A estreita relação entre literatura infantil e escola não significa o uso das potencialidades que o texto possibilita, sendo, na maioria das vezes, utilizados como matéria de aula em atividades que discute ou estuda os aspectos gramaticais do texto, por exemplo. Sobre essas atividades Magnani (2001, p.50) afirma:

[...] a leitura assume finalidades imediatistas e utilitárias, tais como: ler para fazer exercícios de interpretação, para estudar itens de conteúdos, para adquirir modelos de escrita, para gostar e se habituar, para conscientizar e politizar.

A última característica a ser observada na análise de livro de literatura infantil definidas por Jardim (2001), por ser a que orienta todos os critérios, é a mais complexa e mais fundamental: o interesse dos alunos. Nele reside a possibilidade de incentivo ou desânimo da criança diante de um texto.

Alguns estudiosos se debruçaram sobre o assunto e classificaram esse interesse, a partir de características do desenvolvimento psicológico e preferência dos leitores. Entre eles, destaca-se Bamberger apud Zilberman e Bordini (1989) que associa “fatores materiais da confecção do livro com aspectos estruturais referentes a gêneros, personagens e focalização, graduados por série/idade, com parâmetros psicológicos do desenvolvimento da criança e adolescente” (Zilberman e Bordini, 1989, p.29).

Esse estudo aponta cinco fases da leitura.

A primeira fase compreende dos 2 aos 6 anos idade, e é representada pelo pensamento mágico infantil. Há pouca distinção entre mundo exterior e interior, sendo interessante para o bebê livros com gravuras de objetivos simples seguidos daqueles que agrupam objetos e familiares do convívio da criança.

A segunda fase (7 aos 9 anos) é marcada pelo interesse pela fantasia, principalmente contos de fadas, e gosto por ritmos e rimas.

A terceira fase (9 aos 12 anos) é marcada pela construção da realidade pela criança a partir de sua experiência prática, porém baseada na fantasia. Há a busca por histórias de aventuras, porém mantém-se o interesse pelos contos de fadas.

A próxima fase termina aos 15 anos, e diz respeito à descoberta do adolescente, sendo comum o interesse por histórias sentimentais, romances sensacionais e aventuras.

A última fase é a de maturidade do leitor, havendo interesse maior pelo conteúdo, enredo e forma do texto, possibilitando o gosto por diversos textos e aumento do seu repertório.

Entre o período do estudo de Bamberg nos anos de 1980, aos dias atuais houve grandes mudanças no hábito e cotidiano infantil. As crianças são envolvidas desde muito pequenas com desenhos animados, através da televisão, que solicitam delas um grau de compreensão que nos parece maior e diferente, do que o autor propõe em seu estudo.

Além disso, diferentemente da realidade brasileira em que as crianças têm o primeiro contato com os livros na escola, que se dá de modo geral, por volta dos quatro anos de idade, estas categorias adotam o início do hábito de leitura na primeira infância e a partir dessa mantêm uma seqüência. Deve-se, portanto, oferecer a esta criança livros de diversas faixas etárias, tanto no que diz respeito aos diferentes graus de dificuldade de leitura, seja leitura autônoma ou mediada pelo professor, quanto aos assuntos por eles abordados. Isto implica em adotar este estudo apenas como uma orientação de interesse dos alunos não devendo limitar o seu acesso.

A despeito do critério estabelecido a nossa atenção está voltada para o que sugere Meirelles (1984), ao dizer que não se deveria definir uma literatura infantil a priori, mas a posteriori. Desse modo, se valem as opiniões, vale ainda o que os leitores dizem sobre livros e suas experiências leitoras.

4.1 ENTIDADES AVALIADORAS E A SELEÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL

Assistimos, atualmente, a um crescente interesse e elevado número de iniciativas de instituições governamentais e entidades sociais no provimento da leitura.

Citamos, para exemplificar ações de entidades sociais, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Essa instituição faz parte da seção brasileira do *International Board on Books for Young People* (IBBY), associação internacional de

literatura infantil e juvenil, e desde 1974, entre outras atividades, analisa e seleciona os títulos considerados de melhor qualidade para compor o acervo da Fundação, dividido em três categorias: a categoria Básico, em que são listados livros indicados para compor acervos de secretarias de educação, escolas e bibliotecas; a categoria Altamente Recomendável, que seleciona, a partir do Acervo Básico, dez obras para receber o selo de qualidade; e, o Prêmio FNLIJ, que distingue os melhores livros por categoria.

A premiação conta, atualmente, com 18 categorias: Criança, Jovem, Imagem, Poesia, Informativo, Tradução Criança, Tradução Jovem, Tradução Informativo, Tradução Reconto, Projeto Editorial, Revelação Escritor, Revelação Ilustrador, Melhor Ilustração, Teatro, Livro Brinquedo, Teórico, Reconto e Literatura de Língua Portuguesa. No processo de Seleção Anual da FNLIJ para a escolha das melhores obras publicadas, os livros recebidos pela FNLIJ são lidos e avaliados, em diferentes etapas, por especialistas de todas as regiões do Brasil, votantes do Prêmio. (FNLIJ, 2003).

Por iniciativa estatal de formação de leitores e difusão da leitura, destaca-se o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), criado em 1997, pelo Ministério da Educação. Ele consiste na distribuição de obras de literatura às escolas da rede pública, como forma de democratizar o acesso à leitura e enriquecer o acervo de suas bibliotecas.

Entre os títulos distribuídos através deste Plano estão aqueles que compõem a “Coleção Literatura em Minha Casa” para alunos de 4ª e 8ª séries de escolas públicas. A composição da coleção para o primeiro ciclo do ensino fundamental compreende 5 volumes de literatura brasileira que consideram a poesia, o conto, o texto teatral, a novela e o clássico da literatura universal.

Além desses, outros livros de literatura compõem o acervo do Programa:

[...] textos em verso (poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava-línguas, adivinhas), em prosa (pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias), livros de imagens e de histórias em quadrinhos, entre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal adaptadas ao público infantil. (Brasil, 2006)

Outro programa a ser destacado é o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), de 2006, elaborado pelo Ministério da Educação e da Cultura.

O plano consiste em um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. Essa ação estende-se por quatro eixos: democratização do acesso; fomento à leitura e formação de mediadores; valorização da leitura e da comunicação; apoio à economia do livro³.

As iniciativas apresentadas possuem em comum os critérios para seleção de livros que são publicados anualmente pelas editoras, e em síntese, incluem “a originalidade do texto, a originalidade da ilustração, o uso artístico e competente da língua e do traço, a qualidade das traduções, considerando o conceito de objeto-livro, que inclui o projeto editorial e gráfico” (FNLIJ, 2006).

As editoras, por extensão, tendem a utilizar da avaliação e classificação elaboradas pela FNLIJ e PNBE como referência para estabelecer as informações necessárias na apresentação de seus catálogos de divulgação.

Desse modo, percebe-se a estreita relação de benefício que se estabelece entre as editoras e essas instituições, visto que, muitas bibliotecas brasileiras, principalmente aquelas que participam do PNBE, baseiam-se na classificação Acervo básico e selo Altamente Recomendável, concedidos pela FNLIJ para adquirir os títulos vendidos pela editoras.

4.2 CATÁLOGOS DE EDITORAS: ANÁLISE DOCUMENTAL

Procedendo a investigação da associação entre entidades avaliadoras de livros de literatura infantil e editoras foram analisados catálogos de quatro editoras: Brinque Book, de 2006; Projeto, de 2006; Paulus, de 2007 e Dimensão, de 2007.

Estes quatro catálogos foram selecionados por constituir-se parte do meu acervo além de sua produção corresponder aos anos a que se refere a minha experiência com projeto de leitura, em que pude observar a atuação dos professores.

³ Fonte: www.pnll.gov.br Consultado em 22/05/2008.

Durante a análise, foi observada a organização do catálogo pela editora no que diz respeito às informações julgadas por ela relevantes na aquisição de um livro, além da motivação que emerge na reunião de livros de literatura infantil em coleções, visto que esta é uma prática comum às editoras.

A Editora Brinque Book foi fundada em 1990, no Rio de Janeiro, estando entre as suas primeiras publicações *Brinque-Book com as Crianças na Cozinha*, *Brinque-Book Canta e Dança* e *Brinque-Book Joga Bola de Gude*, considerado por essa, livros brinquedos.

Em seu catálogo de 2006, apresenta 102 títulos reunidos em três categorias diferentes: faixa etária, entre 1 e 9 anos, além daqueles indicados a todas as idades; autoria e Coleção Família, produzida por um mesmo autor e conforme informa a editora "os três primeiros livros são: *Mãe, Pai e Filho*. Neles, o personagem título é definido com frases curtas, numa linguagem ágil que reproduz a dinâmica dos papéis representados pelos membros das famílias de hoje" (Catálogo Editora Brinque Book, 2006, p.57). Acompanhados dessas informações, observa-se, no rodapé da página sugestão de atividade para o professor.

Sobre o livro é apresentada uma síntese que destaca o seu aspecto gráfico e linguagem utilizados nas obras seguidos da referência a premiações literárias e integração ao acervo do PNBE e FNLIJ. Além disso, é informado o tema (amor, boas maneiras, consumo) e tema transversal (ética, orientação sexual, meio ambiente) a que o livro atende. Esses últimos orientam uma reorganização dos títulos do catálogo em índice que se segue ao final.

A Editora Projeto tem quinze anos de existência, e sua gênese se dá, a partir da inauguração, em Porto Alegre, de uma escola para crianças, a Escola Projeto. Sua publicação inclui literatura infanto-juvenil e Revista de Educação Projeto, especializada em educação.

Em seu catálogo de 2006 apresenta 45 títulos distribuídos nas categorias: livro imagem, poesia para criança, teatro, poesia para jovens, narrativas para criança, narrativas para jovens, folclore, clássicos para criança, clássicos para jovens, Coleção Flip Tum, além de revistas destinadas a profissionais de educação.

Neste catálogo, há a associação entre a faixa etária e a tipologia do texto, além da organização de títulos de acordo com o tema que aborda. Esse último critério não é explicitado pela editora, porém é notável na resenha que acompanha o livro, que ora destaca o aspecto gráfico ora a escrita do texto, apesar de constar à transcrição

de um trecho do livro. A título de exemplificação, transcrevemos a apresentação do livro *Ana vaivém*, de Mariana Tasca e Valéria Portella, classificado como narrativa para crianças:

A menina Ana faz a descoberta dos palíndromos, palavras e frases que lidas da direita para a esquerda ou da esquerda para direita têm o mesmo sentido, e passa a brincar e pensar de um jeito diferente. (PROJETO, 2006)

A Coleção Flip Tum reúne 11 mini-livros, cujo aspecto comum é o seu tamanho, pois são de autores diferentes e tratam de diferentes temas.

A Editora Paulus é uma editora italiana, espalhada por todo o mundo, que inicia sua publicação no Brasil, em São Paulo, em 1931, com uma edição do Santo Evangelho. A partir desse período, publica livros, que hoje atende às diversas áreas do conhecimento incluindo literatura infantil e textos bíblicos.

Em seu catálogo de 2007, divulga 79 livros, todos reunidos de acordo com o tema que abordam, e é assim justificado pela Editora. Todos os livros apresentados reúnem-se em coleções, exceto os lançamentos e classificados pela editora como *Avulsos* que são assim reunidos por não apresentarem, um tema em comum.

A Coleção *Terapia Infantil* é composta por 21 livros que apresentam como característica comum o ilustrador, e cujo “objetivo é auxiliar as crianças a lidar com vários temas difíceis” (Paulus, 2007). É o caso do livro ‘Resistindo à pressão dos colegas’, de Jim Auer, que compõe a coleção.

A Coleção *Conselhos do lobinho* é composta por 8 livros, que apresenta o Lobinho em situações que discutem educação, ecologia e regras de convivência.

A Coleção *Patati- Patatá*, assim como a anterior, é composta por 13 livros de um mesmo autor. Este parece ser o único critério que reúne estes livros, que apresentam diários de viagens, profissões, ou seja, diversos temas.

Coleção *Refabulando* composta por 7 livros que “apresenta as narrativas (lendas, contos e fábulas) da rica cultura popular brasileira. Os livros abordam o imaginário popular brasileiro presente em nosso cotidiano” (Paulus, 2007).

Em *Ética e Cidadania*, a editora reúne livros que possam discutir o tema. A título de ilustração temos *Domínio das cores*, de Roberto Caldas conforme apresentado:

As cores primárias e secundárias podem nos dar uma lição da riqueza que diferença pode oferecer. Viver em harmonia e aproveitar

a beleza de cada um é bem melhor que o domínio imposto por um único de ser e de ver as coisas. Esse é o ensinamento que este livro oferece. (PAULUS, 2007).

A Editora Dimensão foi fundada em 1986, em Belo Horizonte, e sua primeira publicação é de livros da coleção 'O jogo das palavras'. Publica literatura, livros didáticos e uma revista especializada em educação, a Revista Presença Pedagógica.

Em seu catálogo de 2007 divulga 213 livros distribuídos em faixas que abordam o momento de escolarização da criança, conforme apresentação da editora:

Apresentamos nossos títulos em três grandes faixas de leitores: a) da Educação Infantil até a 2ª série; b) de 3ª e 4ª séries; c) de 5ª em diante.

Mesmo criando apenas três faixas, sabemos que muitas obras de uma faixa podem perfeitamente ser utilizadas em outra, porque isso depende não só da **experiência de leitura** da criança como também das **estratégias** a serem adotadas na mediação de leitura de determinada obra. Por exemplo: uma história talvez difícil para a criança ler autonomamente pode ser muito bem ouvida e lida e ser extremamente agradável. (DIMENSÃO, 2007)

O catálogo é composto de coleções. Pertencem à faixa da educação infantil a 2ª série dezenove coleções, das quais incluem: Coleção 4 elementos, com utilidade do ar, água, terra e fogo; Coleção Algazarra, com o cotidiano infantil; Coleção Caleidoscópio, com situações cotidianas e difíceis, segundo a editora; Coleção Bicho de livro, a vida de diversos animais.

Integram a faixa da 3ª e 4ª séries dezenove coleções, entre elas: Coleção Redescobrimo o Brasil, que apresenta momentos importantes da história do Brasil; Coleção Outro olhar, que aborda o cotidiano de garotos e garotas envolvendo seus sentimentos e dificuldades; coleção Lugares, que exhibe paisagens e cidades brasileiras.

Por fim, são descritos a faixa da 5ª série em diante composta por oito coleções, destacando-se: coleção Poesia à vista, com poemas cuja temática busca incentivar a produção de poemas pelos adolescentes; Coleção de jornais, que através de jornais fictícios expõem os hábitos da Antiguidade; e, Coleção Vida à Vista, que apresenta crônicas sobre o cotidiano e os problemas atuais nos grandes centros.

A apresentação do livro acompanha sugestões de atividades para o professor, além de índices por gênero e organização de livros por datas comemorativas. A

título de exemplificação, temos os livros da coleção *Bicho de Livro*, indicado para comemoração da Semana de Proteção aos Animais, cujas atividades sugeridas são:

Conversar - Existem diferentes tipos de bichos, como os animais domésticos e silvestres, e seus diversos habitats. Quais são os mais conhecidos da turma? E preferidos.

Investigar - Onde vivem os bichos retratados no poema.

Desenhar - Cenas com os diversos elementos que caracterizam a noite, a praia, o quintal.

Esculpir - Os diversos bichos, utilizando massinha e organizar uma exposição. (DIMENSÃO, 2007)

A presença de coleções é marcante em todos os catálogos analisados. Sobre isso Magnani (2001, p.66) afirma que

[...] assimilando as discussões sobre o prazer de ler, várias coleções de diferentes editoras, apresentam-se para preencher lacunas de leitura. Oficializa-se assim o caráter de encomenda de obras infanto-juvenis.

Nota-se, nos quatro catálogos apresentados, que coleções agrupam os livros a partir de qualquer semelhança, mesmo que essa resida na forma, mini-livros, como acontece com a Editora Projeto em sua coleção Flim Tum, ou em autoria, como faz a Editora Paulus com os livros da Coleção Patati-Patatá, escritos por Elias José.

Observa-se ainda que os catálogos analisados, exceto o da editora Paulus, fazem referência a premiações de instituições que os qualifica assim como pertencimento ao acervo do PNBE.

Além disso, conclui-se que as editoras julgam relevante divulgar a utilidade ou aplicabilidade para o professor dos livros de literatura infantil, recorrendo para isso à sugestão de atividades.

CAPÍTULO IV

5. ANÁLISE DE INVESTIGAÇÃO ATRAVÉS QUESTIONÁRIOS APLICADOS A PROFESSORES DE SÉRIES INICIAIS DE ESCOLA MUNICIPAIS

A coleta de dados através da aplicação de questionários (ver anexo) a partir do questionamento da leitura de livros de literatura infantil em sala de aula, desenvolveu outras perguntas que buscavam indagar a variedade de gêneros textos oferecidos aos alunos assim como o aproveitamento dessas leituras. Perguntou-se também a procedência dos livros de literatura infantil, além da origem de sua indicação. Quanto ao conteúdo do livro foi questionado o tema por ele tratado, se sugestão de alunos, tema moralizante ou estudo de disciplina.

Definidas as questões, procedeu-se a aplicação de questionários nas escolas em que os projetos de leitura, dos quais participei, aconteceram. Somente os professores que participaram dos projetos de leitura, e por conseguinte, presenciei oferecendo literatura infantil aos seus alunos, responderam aos questionários.

A metodologia adotada para a análise da coleta desses dados foi a enumeração de cada questionário e uma leitura primeira categorizando as respostas das professoras, buscando em cada uma delas aspectos que revelassem o cuidado com linguagem, variedade textual, utilização do texto para matéria de disciplinas, entre outros. Em seguida a identificação dos aspectos mais relevantes considerados pelas professoras, efetuou-se o agrupamento das respostas nas categorias, tendo como referência o total de respostas fornecidas, treze.

Essa investigação ocorreu na Escola Municipal Bebert de Castro, Escola Municipal Abrigo Ajuda Social a Criança e Escola Municipal Tomaz Gonzaga.

As professoras dessas escolas, que participaram da análise, totalizando treze, têm formação em Pedagogia e, em média, doze anos de serviço vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMEC). Elas atuam no ensino fundamental e atendem, em média, a 25 crianças com idade entre 6 e 13 anos.

Essas professoras revelaram, nos questionários respondidos, oferecer leitura de literatura e textos informativos aos seus alunos, sendo que uma delas informou oferecer somente a leitura de livro didático, fato que não a impediu de responder a todas as questões que se referiam ao oferecimento de literatura infantil.

A avaliação do livro de literatura infantil pelas professoras, segundo

informaram, envolve a faixa etária e o interesse dos alunos. A faixa etária aparece como orientador da escolha dos livros em 61% das respostas, e associada à suposição das professoras sobre o que seja um tema de interesse dos alunos em 30%. Somente 7,7% menciona observar a ilustração, porém, sem explicitar quais os aspectos observados em sua análise. Apesar disso, 77% das professoras considera relevante a ilustração em livros de imagens, além de diferentes linguagens e enredo detalhado.

A relação de contradição entre a relevância da ilustração e a consideração da mesma durante a análise do livro de literatura, evidente no percentual acima mencionado, permite questionar outro dado: o favorecimento de leitura mediada e leitura autônoma de textos e imagens, que as professoras dizem possibilitar aos alunos. A menor relevância da imagem pode significar que as professoras privilegiam leitura de texto escrito e, portanto, não favorecem a leitura para aqueles alunos que têm na imagem o texto em si, fato que devido à idade das crianças, entre seis e treze anos, permite supor sua existência.

Apesar disso, as professoras dizem disponibilizar livros que favorecem a leitura autônoma e mediada de textos e imagens em 85% dos questionários, além de oferecer aos alunos, em 61,5% das respostas, textos integrais, adaptações e fragmentos.

Esse último dado constitui-se aspecto relevante, pois revela que as crianças mantêm contato com textos em diferentes graus de dificuldade, favorecendo o seu envolvimento com a linguagem. Pode significar que as professoras debruçam sua atenção, apesar de não ocorrer esta justificativa, sobre a necessidade de oferecer textos, que, talvez, considerada a extensão ou linguagem mereçam ser adaptados ou fragmentados antes de serem apresentados aos seus alunos. Contudo, não defende-se aqui, a fragmentação de textos, pura e simplesmente, de modo que a sua compreensão por completo não seja favorecida.

A atenção dedicada à linguagem é um dos aspectos mencionados pelas professoras em suas respostas associada à análise de texto escrito, observando a faixa etária, conforme descreve uma das professoras informando em que consiste sua análise "Linguagem adequada, assuntos sugeridos pelos alunos, textos contendo temas estudados na sala" (Professora do 5º ano, na Escola Municipal Bebert de Castro)

O contato dos alunos com literatura se dá, para 23% das professoras, através

do conto, e para 77% através de três gêneros ou mais, sendo o de maior ocorrência, o próprio conto, a fábula e a poesia, além das histórias em quadrinhos, mencionadas por 15% das professoras, revelando uma possível diversidade de textos de literatura infantil para os seus alunos.

As professoras afirmam em 77% de suas respostas, que os livros de literatura tratam de temas de interesse dos alunos associados a sua aplicação como matéria de disciplinas, porém somente 38% dessas professoras dizem apresentar livros de literatura que resultem da opinião de crianças, o que por extensão, inclui seus alunos evidenciando a preponderância da escolha do tema vinculada à matéria das aulas. Outros 23% informam que os livros tratam de temas moralizantes.

Este último dado revela a relação de dependência mútua entre literatura infantil e escola que, segundo Lajolo (1997, p.66), se faz presente, pois,

A escola conta com a literatura infantil para difundir - ataviados pelo envolvimento da narrativa, ou pela força encantatória dos versos - sentimentos, conceitos, atitudes e comportamentos que lhe compete inculcar em sua clientela.

Quanto ao aproveitamento das leituras dos livros de literatura, as atividades de reconto, desenho e estudo gramatical aparecem em 46% das respostas, seguidas da referência a comentário e interpretação, que aparecem em 30%, porém não tem especificada sua dinâmica: se ocorre de forma oral ou escrita, respondendo ficha de interpretação ou questionário, por exemplo. São mencionados ainda debate, dramatização e discussão da moral da história.

Apesar da presença de outras atividades na prática das professoras, nota-se que um percentual maior de professoras utiliza-se do texto para estudo de disciplina, revelando, segundo Brandão (2003, p. 17), uma abordagem do professor que privilegia unidades menores do texto:

[...] o texto é ainda entendido como fonte ou pretexto para exploração das formas gramaticais isoladas do contexto ou como material anódino, indiferenciado, a ser trabalhado de forma homogênea nas pretensas atividades de leitura.

Estas atividades são apresentadas sinteticamente, por uma das professoras: "Discussões, debates, reconto, análise das gravuras, criação de finais diferentes, análise gramatical, relação com fatos acontecidos de verdade" (Professora do 5º

ano, da Escola Municipal Tomaz Gonzaga).

Algumas dessas atividades descritas pelas professoras aparecem nas discussões de Lajolo (1997, p.70) sobre o desenvolvimento da leitura:

[...] a transformação do texto narrativo em roteiro teatral e subsequente encenação; a reprodução, em cartazes ou desenhos, do tema, da história ou de personagens do livro; a criação, a partir e sucata, de objetos ou colagens de alguma forma relacionados à história; as pesquisas que aprofundam algum tópico que o texto aborda; o prosseguimento da história, sua reescrita com alteração do ponto de vista; entrevista (real ou simulada) com autor ou personagens do livro; jogral ou coro falado quando se trata de poemas.

A indicação de livros para as crianças em 70% das respostas ocorre após a leitura da professora além de mencionar também a indicação da escola, aqui entendida como indicação feita pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMEC). É considerada ainda, para 23% das professoras, a indicação de livros feita por outros adultos, incluindo professores.

A semelhança entre a indicação de livros de literatura feita pela escola e pelas professoras se repete, quando tratada a procedência do livro. As professoras dizem oferecer aos seus alunos livros oriundos do seu acervo pessoal e da escola em 54% das respostas, porém quando solicitados a indicar livros de literatura infantil, os livros mais citados são àqueles que pertencem ao acervo da escola: *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado, citado em 61% dos questionários; *Luana: a menina que viu o Brasil neném*, de Aroldo Macedo, em 38% das respostas; e, “a coleção de Ziraldo”, citado desse modo, em 30%.

A partir desses dados é possível afirmar que os livros mais citados pelas professoras possuem personagens negros, o que remete à possibilidade da utilização desses livros para atender à atual demanda escolar em discutir a temática afro, incentivada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 “para incluir o currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática de ‘História e Cultura Afro-Brasileira’” (Brasil, 2005). São eles *Menina bonita do laço de fita* e *Luana: a menina que viu o Brasil neném*.

Além desses títulos é citada uma coleção a que elas tiveram acesso há pouco tempo, quando maletas do autor Ziraldo, composta por trinta títulos, foram

adquiridas pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMEC), e distribuídas nas escolas, entre os anos de 2007 e 2008.

Em síntese, os critérios para seleção de livro de literatura infantil utilizados pelas professoras são orientados pela faixa etária, envolvendo a linguagem utilizada nos livros, variedades de gêneros literários e a sua opinião sobre o livro de literatura após a leitura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção de literatura infantil faz-se necessário, tendo em vista a grande produção que chega ao mercado e à impossibilidade de acesso a toda essa produção pelas crianças que, conforme foi observado, é limitada ao acervo das escolas e, em menor índice, ao acervo pessoal das professoras, de acordo elas informam.

Para tanto, esses profissionais devem conhecer e considerar o interesse dos seus alunos, no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura.

Foi observado, neste estudo, que a opinião das professoras sobre o interesse dos alunos é relevante para as editoras, pois estas revelaram em seus catálogos, aqui analisados, a aplicabilidade dos livros de literatura infantil através de sugestões de atividades, focalizando, sempre, o aspecto pedagógico, muito comum à utilização de textos literários pelas professoras. A associação entre literatura infantil e escola remete à gênese da literatura infantil brasileira e à sua função primeira de difundir valores morais às crianças. Além disso, na análise documental, ficou evidente que a associação do tema possivelmente discutido por um livro de literatura infantil é tão relevante, que funciona como critério organizador do catálogo.

As entidades avaliadoras de literatura infantil, tais como Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) desempenham papel importante nos aspectos que são apresentados nestes catálogos. Os critérios destas entidades orientam as características destacadas pelas editoras, na medida em que essas últimas mencionam as mesmas características definidas durante a convocação de inscrição de literatura infantil para compor o acervo da FNLIJ, assim como PNBE. São elas, o gênero a que pertence o livro infantil, os aspectos da escrita do texto, o tema abordado por ele, ilustrações, além das premiações fornecidas pelas mesmas entidades avaliadoras.

Embora as editoras pareçam dirigir os seus catálogos a profissionais de educação, visto que se destacam as sugestões de atividades para sala de aula, foi observado, durante a investigação através de questionários, que essas professoras não se utilizam dos catálogos de divulgação de literatura infantil para adquirir seus livros, e, sim, da indicação de outros adultos, podendo ser professores também. Além disso, segundo elas informaram, a indicação se dá somente após sua leitura,

pessoalmente, e pela indicação de crianças, o que ocorre em proporção menor que a indicação da escola.

Apesar de não ser objetivo deste trabalho analisar quais atividades são desenvolvidas pelas professoras, a partir das leituras dos livros de literatura infantil, durante a investigação, ficou evidenciado que as atividades dizem respeito ao aproveitamento dos temas possivelmente oferecidos pelos títulos como matéria de aula em disciplinas. Sendo assim, observa-se o caráter utilitarista da literatura em detrimento da possibilidade da formação humana, sendo pouco mencionado, por exemplo, o desenvolvimento do imaginário infantil.

Este estudo pode apontar a necessidade das professoras em considerar os interesses dos alunos, que por elas é mencionado, porém, parece não compor grande relevância quando o aspecto observado são as atividades que seguem a leitura e pretendem estimulá-la nos alunos. Nesse momento, a atenção maior recai sobre a utilização da leitura do livro para abordar conteúdo, ratificando, nos parece, o princípio que a literatura produzida em abundância, traz mais problemas, que solução, já que seu principal leitor, considerando o termo que a qualifica - infantil - não é ouvido, não é levado em conta na definição de critérios para constituição de acervo, pelo menos o acervo escolar das séries iniciais da Escola Básica, motivação do estudo aqui sistematizado.

Como o assunto é mais polêmico do que pacífico, valorizamos a continuidade da pesquisa na área em questão e sugerimos o debate sobre o assunto no curso de Pedagogia, já que a oportunidade que se teve ficou restrita ao estudo em duas disciplinas optativas: Leitura e Produção de texto- Edc306 e Oficina de Literatura- Edc 326.

7. Referências:

BECKER, Célia Doris. História da literatura infantil brasileira. Narrativas infantis. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org). **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Texto, gênero do discurso e ensino. In: ——— (org). **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção aprender e ensinar com textos; v. 5.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990: Constituição e Legislação relacionada. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro**. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm> Acesso em 22/05/2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/ SEPRIR, 2005.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Resolução/CD/FNDE Nº002, de 09 de fevereiro de 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2006/res002_09022006.pdf> Acesso em 10/05/2008.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (orgs.) **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

CÂNDIDO, Amélia Fernandes. Mais Além: a especificidade da literatura infantil como instrumento de estímulo ao desenvolvimento da linguagem. Disponível em <http://www.dobrasdaleitura.com/revisão/index.html> (acesso em 10/05/2008 às 20:36).

Catálogo da Editora Brinque Book. Rio de Janeiro: Brinque Book, 2007.

Catálogo da Editora Dimensão. Belo Horizonte: Dimensão, 2007.

Catálogo da Editora Paulus. São Paulo: Paulus, 2006.

Catálogo da Editora Projeto. Porto Alegre: Projeto, 2006.

COELHO, Nelly Novaes, A literatura infantil e a crítica. In: —. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Nova Consciência).

COELHO, Nelly Novaes, A literatura infantil: um objeto novo. In: —. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Nova Consciência).

CUNHA, Leo. Flash- back (ou por que ler um livro infantil quando eu posso assistir à família Dinossauro?). **Releitura**, Belo Horizonte. abr/maio/jun. nº3, 1992.

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. **O que é criança**. 3ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. In: GHIRARDELLI, Paulo (org). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JARDIM, Mara Ferreira. Critérios para análise e seleção de textos de literatura infantil. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org). **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

JOSÉ, Elias. Literatura infantil e seus caminhos. In: CONTE, Valdecir (coord). **Literatura infanto-juvenil e seus caminhos**. São Paulo: Paulus, 2002.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 3ed. São Paulo: Ática, 1997. (Série Educação em ação).

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita**. São Paulo: Ática, 2000.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. A leitura escolarizada. In: — **Leitura literatura e escola**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 200. (Texto e linguagem).

MEIRELLES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MELLO, Roger. **Meninos do Mangue**. São Paulo: Cia. das Letrinhas, 2001.

MURRAY, Roseana. **Jardins**. Rio de Janeiro: Manati, 2001.

PEREIRA, Rita Marise Ribas; SOUZA, Solange Jobim e. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira (orgs). **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papyrus, 1998. (Série Prática Pedagógica).

Prêmio Literário da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil abre inscrições. Disponível em <http://www.nosrevista.com.br/2007/09/06/premio-literario-da-fudacao-nacional-do-livro-infantil-e-juvenil-abre-inscricoes>. Acesso em 28/05/2008 às 09:02

SARAMAGO, José. **A maior flor do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SISTO, Celso. **Eles que não se amavam**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SCIESZKA, Jon. **O patinho realmente feio e outras histórias malucas**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1997.

VALE, Luiza Vilma Pires. Narrativas infantis. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org). **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

YUNES, Eliana. Espaço aberto: Da crítica e da seleção de livros para crianças e jovens. **Releitura**, Belo Horizonte. abr/maio/jun. nº3, 1992.

ZILBERMAN, Regina; BORDINI, Maria da Glória (coord.). **Guia de leitura para alunos de 1º e 2º graus**. Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, MEC; Porto Alegre: CPL, PUCRS, 1989. (Biblioteca da educação, Série 1. Escola; v. 6).

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. São Paulo: Ática, 1999. (Série Fundamentos).

Anexo

Lista de abreviaturas

PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura.

FNLIJ - Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil

IBBY - International *Board on Books for Young People*

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola



Universidade Federal da Bahia

QUESTIONÁRIO

1. Entrevistado (a): _____ Data: _____
 - 1.1 - Tempo de serviço _____
 - 1.4 - Formação Profissional _____
 - 1.5 - Série em que atua _____
 - 1.6 – número de alunos na sala de aula: _____
 - 1.7 – Média de idade dos alunos: _____
 - 1.8 Nome da Escola em que trabalha _____
2. Que tipo de leitura em livros é oferecido aos seus alunos?
 - () de literatura
 - () de textos informativos
 - () Outros _____
3. Se são oferecidos livros de literatura aos seus alunos, eles são:
 - () Conto
 - () Poesia
 - () Lenda
 - () Fábula
 - () Crônica
 - () Outros _____
4. Após a leitura, que aproveitamento é feito dos livros?

5. A faixa etária é considerada quando oferecido um livro de literatura ao aluno?
 - () Sim
 - () Não
6. Se a faixa etária é considerada que aspecto do livro a ela você relaciona?

7. Se é oferecido livro de literatura indique a procedência:

- Doação
- Acervo da escola
- Acervo pessoal do professor
- Outra _____

8. Os livros oferecidos aos seus alunos favorecem àqueles que fazem:

- Somente leitura autônoma do texto
- Somente leitura autônoma de imagem
- Somente leitura mediada pelo professor
- Leitura autônoma e mediada de texto e imagem
- Outra _____

9. Quando apresentados aos alunos livros de imagens destacam-se àqueles que:

- Utilizam diferentes linguagens (cerâmica, fotografias, bordados)
- Apresentam desenhos detalhados do enredo do livro
- Apresentam desenhos detalhados do enredo do livro e diferentes linguagens (cerâmica, fotografias, bordados)
- Outra _____

10. Os livros oferecidos aos alunos geralmente tratam:

- tema moralizante
- tema estudado em uma das disciplinas
- tema sugerido pelos alunos
- tema estudado em uma das disciplinas e assunto sugerido pelos alunos
- Outra _____

11. Os livros oferecidos aos alunos são:

- Integrais
- Adaptações
- Fragmentações
- Integrais, adaptações e fragmentações
- Outra _____

12. Os livros apresentados aos seus alunos são resultados da:

- Indicação de adultos que ouviram falar do livro
- Indicação de adultos quem leram o livro
- Sua indicação após ouvir falar do livro

- Sua indicação após leitura do livro
- Indicação de crianças que comentam as histórias
- Indicação de editoras através de catálogos
- Indicação da escola
- Outra _____

13. Os livros de que seus alunos mais gostam tratam:

- Fantasia e maravilhoso
- Horror
- Super-heróis
- Aventura
- Esportes
- Amor
- Cotidiano infantil
- Outra _____

14. Indique 5 títulos de livros de literatura que você recomenda para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____